

Genial
Investimentos
Corretora de
Valores Mobiliários
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração – Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A.

“Apresentamos as demonstrações financeiras da Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. (“Genial Investimentos”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil – “Bacen”, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2020.

A Genial Investimentos tem como atuação principal a negociação de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, além de realizar operações no mercado bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

Em 09 março de 2020, foi aprovada pelo Bacen, importante passo para nossa operação, a reorganização societária, conforme detalhada na nota explicativa 9, que é parte integrante das nossas demonstrações financeiras e que acompanham este relatório.

Ao final do semestre, os ativos da “Genial Investimentos” totalizavam R\$547 milhões, o patrimônio líquido montava R\$49,2 milhões e o resultado apresentado foi de prejuízo de R\$11,2 milhões (R\$6 milhões em 2019). O faturamento alcançando foi de R\$166,7 milhões (R\$106,3 milhões em 2019), crescimento de 56,8%. Se considerarmos somente o business corretagem o crescimento foi ainda mais expressivo saindo de R\$26,1 milhões em 2019 para R\$81 milhões em 2020 (209,9%). A performance alcançada se deve a capacidade de geração de receita, impulsionada pelo enorme crescimento da nossa base de clientes que está sendo possível por conta dos investimentos realizados em tecnologia e mão de obra qualificada, as quais justificam o resultado apresentado. Entre os projetos implementados estão: Gtrader que é a primeira plataforma de “Click and trade” do Brasil a ser hospedada dentro do data center da B3, Meta Trader 5 considerada a plataforma de negociação eletrônica mais rápida e estável do Brasil e uma das mais utilizadas no mundo, Trader Cockpit que é nossa plataforma de gestão riscos, além da nova versão do nosso app, com design moderno, novas funcionalidades e extremamente amigável. A Genial Investimentos vem buscando cada vez mais, através da transformação digital, a satisfação de seus clientes utilizando para isso ferramentas inovadoras.

Apesar da crise financeira global, motivada pelo Corona Vírus (COVID-19), o mercado de corretagem não foi afetado de forma brusca no decorrer da pandemia e acabou sendo favorecido pela redução da taxa de juros a níveis históricos no Brasil e pelo crescimento da demanda gerada por clientes pessoas físicas, tornando o mercado de bolsa de valores bastante atrativo. Diante disso, acreditamos em um 2021 forte com o mercado de ações repleto de oportunidades de negócios, considerando que os indicadores de atividade econômica já apontam para uma recuperação, com sinalização positiva da produção industrial, do varejo e de outros setores.

Agradecemos aos nossos acionistas e colaboradores que nesse período transitório de enfrentamento do Covid, mantiveram nossas operações em pleno funcionamento, atendendo aos nossos clientes através de diversos canais de comunicação disponíveis, tendo como prioridade a saúde de todos e colaboração com as autoridades para o bem comum, sem perder o foco nos nossos princípios que são nossos pilares.

Aos nossos clientes obrigado pelo apoio e confiança que contribuíram para as nossas realizações.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019		Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Circulante		451.229	267.505	Circulante		496.660	298.523
Disponibilidades	4	8.027	15.158	Depósitos e demais instrumentos financeiros		496.660	298.523
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	362.231	198.137	Outras obrigações		496.660	298.523
Aplicações em depósitos interfinanceiros		150.224	198.137	Sociais e estatutárias	12.a	5.282	1.184
Aplicações em operações compromissadas		212.007	-	Fiscais e previdenciárias	12.b	4.476	6.179
Instrumentos financeiros		78.515	51.873	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	15
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	20.286	10.594	Negociação e intermediação de valores - Passivo	12.c	479.450	284.579
Carteira própria		12.623	3.095	Diversas	12.d	7.450	6.566
Vinculados à prestação de garantias		7.663	7.499	Exigível a longo prazo		1.218	1.127
Operações de crédito		6.747	674	Provisões		1.218	1.127
Financiamento de conta margem	7	6.747	674	Provisão para passivos contingentes	14	1.218	1.127
Outros créditos		51.482	40.605	Patrimônio líquido	15	49.272	60.512
Rendas a receber	8.a	11.621	7.903	Capital social		107.601	29.000
Negociação e intermediação de valores	8.b	36.190	29.994	Aumento de capital		-	78.601
Diversos	8.c	4.018	2.884	Prejuízos acumulados		(58.329)	(47.089)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(347)	(176)				
Outros ativos		2.456	2.337				
Despesas antecipadas		2.456	2.337				
Realizável a longo prazo		1.221	1.140				
Instrumentos financeiros		1.221	1.140				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	-	16				
Carteira própria		-	16				
Outros créditos		1.221	1.124				
Diversos	8.c	1.221	1.124				
Permanente		94.700	91.517				
Investimentos	9	91.998	88.505				
Investimentos em participações em coligadas e controladas		91.998	88.505				
Imobilizado de uso	10	2.661	1.718				
Imóveis de uso		6.236	5.693				
Outras imobilizações de uso		2.235	-				
Depreciações acumuladas		(5.810)	(3.975)				
Intangível	11	41	1.294				
Outros ativos intangíveis		1.862	4.944				
Amortizações acumuladas		(1.821)	(3.650)				
Total do ativo		547.150	360.162	Total do passivo e patrimônio líquido		547.150	360.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
 Demonstrações dos resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de Reais, exceto, lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	Semestre findo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de intermediação financeira		11.722	20.970	12.947
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.775	6.481	6.400
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	6	7.995	13.350	6.232
Resultado com operações de créditos		1.055	1.310	392
(-) Reversão/provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(103)	(171)	(77)
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.987)	(25.154)	(16.193)
Receitas de prestação de serviços	16.a	99.513	166.753	106.331
Despesas de pessoal	16.b	(25.145)	(52.370)	(37.377)
Despesas administrativas	16.c	(48.135)	(84.370)	(47.399)
Despesas tributárias	16.d	(9.766)	(16.382)	(9.421)
Depreciação e amortização	10 e 11	(470)	(1.006)	(855)
Resultado de participações em coligadas e controladas	9	(711)	3.493	4.269
Outras receitas operacionais	16.e	6.197	10.270	5.037
Outras despesas operacionais	16.f	(28.470)	(51.542)	(36.778)
Despesas de provisões		185	60	730
Reversão/(provisão) para passivos contingentes	14	185	60	730
Resultado operacional		4.920	(4.124)	(2.516)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		4.920	(4.124)	(2.516)
Participações estatutárias no resultado		(5.857)	(7.116)	(3.569)
Resultado líquido do semestre/exercício		(937)	(11.240)	(6.085)
Quantidade de ações		752.901.535	752.901.535	752.901.535
Lucro / (prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$		(0,0012)	(0,0149)	(0,0081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Semestre findo em 31/12/2020</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro / (prejuízo) líquido do semestre/exercício	(937)	(11.240)	(6.085)
Outros resultados abrangentes no semestre/exercício	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido abrangente do semestre/exercício	<u>(937)</u>	<u>(11.240)</u>	<u>(6.085)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	29.000	78.601	(41.004)	66.597
Prejuízo do exercício	-	-	(6.085)	(6.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	29.000	78.601	(47.089)	60.512
Mutações do exercício	-	-	(6.085)	(6.085)
Saldos em 1º de julho de 2020	107.601	-	(57.392)	50.209
Prejuízo do semestre			(937)	(937)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	107.601	-	(55.288)	52.313
Mutações do semestre	-	-	(937)	(937)
Saldos em 1º de janeiro de 2020	29.000	78.601	(47.089)	60.512
Aumento de capital	78.601	(78.601)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(11.240)	(11.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	107.601	-	(58.329)	49.272
Mutações do exercício	78.601	(78.601)	(11.240)	(11.240)

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre/exercício	(937)	(11.240)	(6.085)
Ajustes do lucro/(prejuízo) do semestre/exercício:			
Depreciação e amortização	470	1.006	855
Resultado de participações em coligadas e controladas	711	(3.493)	(4.269)
Constituição de provisões para passivos contingentes	185	60	730
Provisão para participação estatutária no resultado	5.857	7.116	1.184
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	103	171	77
Varição de ativos e obrigações			
Aumento em instrumentos financeiros	(36.310)	(26.895)	(33.985)
Redução / (Aumento) em outros ativos	865	(118)	(1.144)
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	129.195	198.137	194.662
Aumento em provisões	(4.319)	(4.067)	(69)
Participação de empregados	(3.018)	(3.018)	2.385
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	92.802	157.659	154.341
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(233)	(696)	(1.288)
Aquisição de intangível	-	-	(858)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(233)	(696)	(2.146)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	92.569	156.963	152.195
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	277.689	213.295	61.100
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	370.258	370.258	213.295
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	92.569	156.963	152.195

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros. A Corretora está sediada na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, na cidade e estado do Rio de Janeiro e possui local principal de seus negócios na Rua Surubim, nº 373, 1º andar, na cidade e estado de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Plural.

Devido a reorganização societária ocorrida, o Plural S.A. Banco Múltiplo deixou de ser seu acionista controlador devido a incorporação da Corretora pela Genial Investimentos Holding Financeira S.A. que passou a ser sua controladora direta. Os atos societários dessa operação foram aprovados junto ao Banco Central do Brasil no dia 09 de março de 2020.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional, acarretando ganho de sinergia dentre as empresas do Grupo. A Corretora tem como controlador a Genial Investimentos Holding Financeira S.A., e o Grupo é controlado pela Holding Plural S.A..

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Bacen.

A partir de janeiro de 2020 a Resolução CMN nº 4.720/2019 e a Circular Bacen nº 3.959/2019 (revogada pela Resolução BCB nº 2 em 12 de agosto de 2020) estabeleceram critérios gerais para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade e comparativas ao final do exercício social imediatamente anterior. A adoção das novas normas não impactou os critérios até então adotados pela Corretora.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, provisão para contingências e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 25 fevereiro de 2021.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor e incluem caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez.

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

d. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e. Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

Os títulos privados classificados como certificados de depósitos bancários, letras de créditos imobiliários, debêntures, certificados de recebíveis de agronegócio e letras de agronegócio são indexados à taxa CDI e pré-fixados, sendo o resultado registrado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

f. Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

g. Investimentos em participações em controladas

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

h. Imobilizado de uso / Intangível

Ativo Imobilizado: corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens, às taxas de 10% a.a. para móveis, e 20% a.a. para os demais. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos

(*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Corretora, com base em análise dos seus ativos, concluiu que não haviam evidências que indicassem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

j1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j2. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j3. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é, quando devida, constituída mensalmente com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é, quando devida, constituída à alíquota de 20% apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

m. Prejuízo líquido por ação

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

n. Resultado recorrente e não recorrente

Considera-se resultado não recorrente:

- I. o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	8.027	15.158
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5)	362.231	198.137
Total	370.258	213.295

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	150.224	198.137
Aplicações em operações compromissadas	212.007	-
	362.231	198.137

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento em 02 de dezembro de 2021, entretanto, as operações compromissadas são liquidadas conforme vencimento da operação (04 de janeiro de 2021) (2019: 3 de janeiro de 2020) e não do papel.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 6.481 (R\$ 6.400 em 2019).

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria da Corretora estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira:

	Valor de Mercado			31/12/2020	Valor de mercado 31/12/2019
	Custo	Sem Vencimento/ ate 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Carteira própria (livres)	11.815	3.835	8.788	12.623	3.111
Títulos de Renda Fixa (livres)	11.815	3.835	8.788	12.623	3.111
Títulos públicos federais	320	-	321	321	98
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	289	-	289	289	52
Notas do Tesouro Nacional-B - NTN-B	30	-	31	31	46
Notas do Tesouro Nacional-F - NTN-F	1	-	1	1	-
Títulos privados	8.493	172	8.467	8.639	3.013
Certificado de depósito bancário - CDB	500	142	318	460	546
Letras de câmbio – LC	83	15	64	79	87
Letras de crédito Imobiliários – LCI	-	-	-	-	72
Letras de crédito do agronegócio - LCA	15	15	-	15	2
Debêntures	2.510	-	2.667	2.667	16
Certificado de recebíveis imobiliários – CRI	2.435	-	2.448	2.448	167
Certificado recebíveis do agronegócio - CRA	2.950	-	2.970	2.970	2.123
Fundos de investimentos	3.002	3.663	-	3.663	-
Plural Small Caps FIA	2.000	2.646	-	2.646	-
Brasil Plural Crédito Privado Triple A FIRF	1.000	1.015	-	1.015	-
Outros	2	2	-	2	-
Vinculados à prestação de garantias	7.633	-	7.663	7.663	7.499
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	7.633	-	7.663	7.663	7.499
Total	19.478	3.835	16.451	20.286	10.610

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 13.350 (R\$ 6.232 em 2019).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, na B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão e SELIC.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado diariamente pela variação no valor das cotas informados pelos Administradores dos respectivos fundos investidos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 Financiamento de conta margem

As operações em conta margem são as operações de financiamento realizadas com pessoas físicas, na compra de novas ações no mercado à vista, regulamentadas pela Instrução CVM nº 51/86, de clientes de *Home Broker*. A remuneração destas operações são de até 4% a.m. O limite de crédito concedido no produto conta margem possui garantia mínima de 140%. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa conta é de R\$ 6.747 (R\$ 674 em 2019).

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, a Corretora possuía registrado como rendas a receber o montante de R\$ 11.621 (R\$ 7.903 em 2019) provenientes de prestação de serviços de administração de recursos aos fundos de investimentos.

As receitas auferidas no exercício com a administração de recursos conforme a Nota Explicativa nº 16.a. totalizaram R\$ 51.256 (R\$ 62.452 em 2019).

b. Negociação e intermediação de valores

Representado principalmente pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 36.190 (R\$ 29.994 em 2019).

c. Diversos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda a compensar	1.732	975
Devedores por depósito em garantia	1.221	1.124
Devedores diversos – país (i)	903	102
Valores a receber de sociedades ligadas (ii)	969	561
Outras liquidações – correspondentes	242	-
Despesas antecipadas	42	376
Outros créditos diversos	130	870
Subtotal	<u>5.239</u>	<u>4.008</u>
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(347)	(176)
Total	<u>4.892</u>	<u>3.832</u>
Circulante	3.671	2.708
Não circulante	1.221	1.124

(i) O saldo dessa rubrica refere-se a custos transitórios incorridos a receber de Fundos de investimentos.

(ii) O saldo dessa rubrica refere-se a outros valores a liquidar entre empresas do grupo.

9 Investimentos em participações em controladas

Em 2 de dezembro de 2019, a Genial Corretora de Seguros incorporou reversamente sua controladora Geração Futuro Seguros e Participações Ltda com a versão da totalidade do acervo líquido da mesma e sua consequente extinção. Com isso, a Genial Corretora de Seguros passou a ser controlada direta da Genial Investimentos CVM.

Devido a reestruturação societária ocorrida, a Companhia incorporou as ações da Genial Institucional CCTVM que passou a ser sua controlada direta. Tal deliberação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 09 de março de 2020.

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Genial Institucional CCTVM	86.304	3.232	89.536
Genial Corretora de Seguros Ltda (*)	2.201	261	2.462
Total	88.505	3.493	91.998

(*) A Genial Corretora de Seguros é investida direta da Corretora, porém, não é considerada para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

10 Imobilizado

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2019	Movimentação			Saldo 31/12/2020
			Aquisições	Transferências	Depreciação	
Mobiliário		805	382	-	-	1.187
(-) depreciação acumulada	10%	(394)	-	-	(80)	(474)
Equipamentos de comunicação e segurança		765	-	-	-	765
(-) depreciação acumulada	10%	(693)	-	-	(17)	(710)
Benfeitoria		-	153	2.082	-	2.235
(-) depreciação acumulada (i)	10%	-	-	(916)	(423)	(1.339)
Equipamento de informática		4.123	161	-	-	4.284
(-) depreciação acumulada	20%	(2.888)	-	-	(399)	(3.287)
Total		1.718	696	1.166	(919)	2.661

(i) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel que são de 60 meses.

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2018	Movimentação			Saldo 31/12/2019
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	510	295	-	-	805
(-) depreciação acumulada		(367)	-	-	(27)	(394)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	728	37	-	-	765
(-) depreciação acumulada		(671)	-	-	(22)	(693)
Sistema de processamento de dados	20%	3.167	956	-	-	4.123
(-) depreciação acumulada		(2.551)	-	-	(337)	(2.888)
Total		816	1.288	-	(386)	1.718

11 Intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2019	Movimentação				Saldo 30/12/2020
			Aquisições	Transferências	Baixas	Amortização	
Sistema de processamento de dados		2.862	-	-	(1.000)	-	1.862
(-) amortização acumulada	20%	(2.734)	-	-	1.000	(87)	(1.821)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		2.082	-	(2.082)	-	-	-
(-) amortização acumulada	-	(916)	-	916	-	-	-
Total		1.294	-	(1.166)	-	(87)	41

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2018	Movimentação			Saldo 31/12/2019
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		2.825	37	-	-	2.862
(-) amortização acumulada	20%	(2.511)	-	-	(223)	(2.734)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	1.261	821	-	-	2.082
(-) amortização acumulada		(672)	-	-	(244)	(916)
Total		903	858	-	(467)	1.294

12 Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	31/12/2020	31/12/2019
Gratificações e participações a pagar (empregados)	5.282	1.184

b. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre salários	1.594	1.378
Imposto de Renda retido na fonte	562	2.851
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	432	324
PIS e COFINS	1.094	996
ISS	794	630
Total	4.476	6.179

c. Negociação e intermediação de valores

	31/12/2020	31/12/2019
Credores conta de liquidação pendente	457.380	255.156
Caixas de registro e liquidação	22.070	28.305
Outros	-	1.118
Total	479.450	284.579

d. Diversos

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para despesas de pessoal (*)	3.434	2.623
Provisão de pagamentos a efetuar	2.583	2.340
Valores a pagar sociedades ligadas	65	954
Credores diversos - outros	1.368	649
Total	7.450	6.566

(*) Devido a pandemia do Covid-19, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória (MP) nº 927 de 22 de março de 2020 e a Portaria nº139 de 03 de abril de 2020, que dispõem sobre medidas trabalhistas para o enfrentamento ao coronavírus (Covid-19). A MP nº 927 permitiu algumas medidas, dentre as quais o diferimento do recolhimento do FGTS. Essa MP não foi votada e convertida em Lei pelo Congresso Nacional e perdeu a validade em 20 de julho de 2020, entretanto produziu efeitos de 22 de março de 2020 até 19 de julho de 2020. A Portaria nº139, prorrogou o prazo para o recolhimento de tributos federais, como as contribuições previdenciárias relativas às competências março e abril de 2020, que foram pagas no prazo de vencimento das contribuições devidas nas competências julho e setembro de 2020, respectivamente.

13 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal

RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da Tributação e Participações	(4.124)	(2.516)
Participações dos empregados no resultado	(7.116)	(3.569)
Prejuízo antes dos Impostos	(11.240)	(6.085)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente		
Corrente - Alíquota Vigente	(4.496)	(2.434)
Ajustes Permanentes	(2.027)	(3.309)
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas e Coligadas	(3.493)	(4.269)
Outras	1.466	960
Ajustes Temporários	19	(1.109)
Ajustes temporários sobre produtos	79	73
Outras	(60)	(1.182)
Prejuízo do Exercício	(13.248)	(10.503)

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias.

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituído	15.174	9.105	319	99	24.697
Genial Investimentos CVM	15.174	9.105	319	99	24.697

14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingências classificadas como “prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”. Eventuais desembolsos dependerão da evolução e do êxito de cada um dos processos, não sendo possível estimar quando ocorrerão.

Composição e movimentação das contingências

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

	FISCAIS		TRABALHISTAS		CÍVEIS		OUTROS	
	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO
Em 31 de Dezembro/2019	-	-	250	1.127	873	-	-	-
<i>Constituições</i>	-	420	88	2.051	11	-	-	-
<i>Reversões</i>	-	-	-	(2.380)	(1)	-	-	-
Em 31 de Dezembro/2020	-	420	338	798	883	-	-	-

A provisão da contingência fiscal no total de R\$420, quando realizada, será suportada pelos os antigos controladores da Corretora.

Abaixo segue demonstração dos tipos de processos com probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passivo.

PASSIVOS CONTINGENTES - RISCO POSSÍVEL

	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	OUTRAS
Em 31 de Dezembro/2019	223	4.918	2.444	792
Em 31 de Dezembro/2020	5.325	9.965	1.840	126

Existem passivos contingentes inclusos no quadro acima, cujo ônus em caso de perda são dos antigos controladores da Corretora, nos montantes R\$673 referentes a contingências cíveis e R\$1.033 a contingências trabalhistas.

15 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social é de R\$ 107.601 e está representado por 752.901.535 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionista	Nº de ações	Participação
Genial Investimentos Holding Financeira S.A.	<u>752.901.535</u>	<u>100%</u>
Total	<u>752.901.535</u>	<u>100%</u>

Devido a reestruturação societária ocorrida em 31 de agosto de 2018, a Genial Investimentos CVM incorporou 723.767.993 ações no valor de R\$ R\$78.601 do capital social da Genial Institucional Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (anteriormente denominada Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários) com consequente aumento de capital. O Plural Banco transferiu as quotas do capital social da Genial Investimentos CVM para a Genial Investimentos Holding S.A e esta, transferiu as ações para a Genial Investimentos Holding Financeira S.A., mediante aumento de capital e submetido a apreciação do Banco Central do Brasil. Tais deliberações foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil em 09 de março de 2020.

Destinação dos resultados

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve pagamentos de dividendos em função dos prejuízos apresentados pela Corretora.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Reserva de capital

A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, qual houver incorporação ao capital social, pagamento de dividendos a ações preferenciais e para resgate, reembolso ou compra de ações.

16 Resultado operacional

a. Receita de prestação de serviços

	<u>Semestre findo em 31/12/2020</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Administração de recursos (Nota Explicativa nº 8.a)	28.264	51.256	62.452
Rendas de corretagem	45.932	81.020	26.140
Rendas de colocação de títulos	24.015	31.400	11.083
Assessoria técnica	1.101	2.622	6.335
Outras	201	455	321
Total	<u>99.513</u>	<u>166.753</u>	<u>106.331</u>

b. Despesa de pessoal

	<u>Semestre findo em 31/12/2020</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Proventos	(16.117)	(33.938)	(22.919)
Encargos Sociais	(5.075)	(10.393)	(7.629)
Honorários da diretoria	(546)	(1.092)	(1.011)
Outros	(3.407)	(6.947)	(5.818)
Total	<u>(25.145)</u>	<u>(52.370)</u>	<u>(37.377)</u>

c. Despesas administrativas

	Semestre findo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Serviços técnicos especializados	(3.456)	(6.210)	(6.170)
Processamento de dados	(32.133)	(55.386)	(19.189)
Serviço do sistema financeiro	(1.723)	(3.366)	(2.242)
Aluguel	(1.892)	(3.617)	(2.671)
Comunicações	(458)	(857)	(1.000)
Viagens	(86)	(468)	(1.065)
Serviços de terceiros	(272)	(1.155)	(1.009)
Publicidade e propaganda	(5.948)	(9.063)	(9.582)
Patrocínios	(180)	(434)	-
Outros	(1.987)	(3.814)	(4.471)
Total	(48.135)	(84.370)	(47.399)

d. Despesas tributárias

	Semestre findo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	(5.379)	(9.045)	(5.620)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(4.110)	(6.762)	(3.402)
Outros	(277)	(575)	(399)
Total	(9.766)	(16.382)	(9.421)

e. Outras receitas operacionais

	Semestre findo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Reversões de provisões	-	1	694
Custos compartilhados	1.824	2.953	2.519
Recuperação de despesas administrativas	61	321	342
Variação monetária	15	32	242
Outros	4.297	6.963	1.240
Total	6.197	10.270	5.037

f. Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Custos compartilhados	(204)	(571)	(915)
Repasses com intermediação de operações (*)	(27.446)	(49.721)	(34.365)
Reversão de provisões operacionais	-	(42)	(455)
Despesas de fundos	-	(1)	-
Outros	(820)	(1.207)	(1.043)
Total	(28.470)	(51.542)	(36.778)

(*) Refere-se a repasses de receitas de operações com títulos e valores mobiliários nos mercados financeiros e de capitais brasileiro, compra, venda, operações de aluguel, bem como outras modalidades de operações admitidas.

17 Partes relacionadas

As operações são tratadas de acordo com as normas contábeis vigentes e ratificadas em política interna envolvendo as partes relacionadas do Grupo Plural. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Corretora possuía as seguintes transações com partes relacionadas:

*Genial Investimentos Corretora de
Valores Mobiliários S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020*

	Controladores		Outras partes relacionadas		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo						
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	55	32	-	-	55	32
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	150.224	198.137	-	-	150.224	198.137
Negociação e intermediação de valores	-	20.447	-	-	-	20.447
A receber - prestação de serviços	-	-	12.449	7.868	12.449	7.868
Outros créditos – diversos	622	-	694	1.065	1.316	1.065
Passivo						
Operação de bolsa - correspondente	(21.959)	(28.264)	-	-	(21.959)	(28.264)
Negociação e intermediação de valores	-	-	(21.748)	7.676	(21.748)	7.676
Reembolso de despesas administrativas	-	(778)	(65)	(153)	(65)	(931)
Resultado						
Resultado de títulos e valores mobiliários	6.481	6.400	(5.820)	(169)	661	6.231
Receita com prestação de serviços	-	-	51.256	62.452	51.256	62.452
Outras receitas operacionais	-	-	2.952	2.519	2.952	2.519
Outras despesas operacionais	-	-	(571)	(915)	(571)	(915)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Proventos	1.092	1.011
Encargos sociais	246	227
Total	<u>1.338</u>	<u>1.238</u>

De acordo com o CPC 33 (R1), a remuneração total dos Diretores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo.

18 Resultado líquido por ação

Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Operações continuadas	Total	Operações continuadas	Total
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(11.240)	(11.240)	(6.085)	(6.085)
(+/-) Ajustes ao prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	-	-	-	-
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	<u>(11.240)</u>	<u>(11.240)</u>	<u>(6.085)</u>	<u>(6.085)</u>

Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)

	31/12/2020	31/12/2019
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	752.901.535	752.901.535
Efeito das ações emitidas	-	-
Média ponderada de ações ordinárias	752.901.535	752.901.535
Prejuízo básico por lote de mil ações	(0,0149)	(0,0081)

A Corretora não identificou efeitos diluidores que afetem o cálculo e apresentação do prejuízo líquido por ação.

19 Resultados recorrentes e não recorrentes

Em conexão com a Resolução BCB nº2/2020, a Corretora considerou como resultado não recorrente no exercício o montante de R\$ 60 relacionado a provisão para passivos contingentes. O resultado remanescente, representado pelo prejuízo de R\$ 11.300, foi considerado pela Corretora como resultado recorrente do exercício.

20 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. – Banco Múltiplo. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas buscando estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da Instituição (<https://www.bancoplural.com/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e podem ser resumidos, como segue:

a. Risco de mercado

A gestão de risco de mercado é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes de posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (commodities).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição em 1 (um) dia com 95% de nível de confiança. Também é utilizada a análise de sensibilidade das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (back-testing) que validam a aderência das estimativas.

O nível de confiança de 95,0% significa, por exemplo, que existe a possibilidade de uma em vinte ocorrências da perda realizada ser abaixo do VaR estimado. Com isso, perdas de negociação em um único dia menor do que o VaR apresentados são esperados de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. A tabela a seguir contém a média mensal do VaR da carteira proprietária do Conglomerado para os períodos findos em:

	30/12/2020	30/12/2019
VaR (R\$ mil)	(879)	(347)

O acionista Controlador também monitora o risco de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.193/2007 e a Circular nº 3.365 do Banco Central do Brasil.

I. Análise de Sensibilidade (Instrução CVM nº 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Conglomerado gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a circular nº 3.354/2007 do Bacen, a Instituição segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- i. Carteira de negociação (*Trading Book*): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- ii. Carteira de não negociação (*Banking Book*): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado na Carteira de Negociação (*Trading*), foram realizadas simulações considerando 3 cenários:

Cenário Pessimista A		Cenário Otimista A	
PRÉ	200	PRÉ	(200)
IPCA	200	IPCA	(200)
Câmbio	5%	Câmbio	(5%)
Ações	(5%)	Ações	5%
Cenário Pessimista B		Cenário Otimista B	
PRÉ	250	PRÉ	(250)
IPCA	250	IPCA	(250)
Câmbio	6,25%	Câmbio	(6,25%)
Ações	(6,25%)	Ações	6,25%
Cenário Pessimista C		Cenário Otimista C	
PRÉ	300	PRÉ	(300)
IPCA	300	IPCA	(300)
Câmbio	7,50%	Câmbio	(7,50%)
Ações	(7,50%)	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados da análise de sensibilidade para a Carteira de Negociação (*Trading*) do Conglomerado Prudencial, composta por títulos e valores mobiliários:

Fator de Risco	Variação	Cenário A	Cenário B	Cenário C
		Resultado	Resultado	Resultado
PRE	Aumento	(76)	(95)	(114)
Ações	Redução	(1.648)	(2.060)	(2.472)
Câmbio	Redução	(5)	(6)	(8)
IPCA	Aumento	(767)	(933)	(1.093)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. A carteira é composta por operações de créditos, captações e alguns títulos e valores mobiliários.

b. Risco operacional

O gerenciamento de risco operacional abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o *framework* de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A metodologia utilizada pela Conglomerado está em linha com o *framework* definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques, publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission; e no Principles for the Sound Management of Operational Risk, emitido pelo Basel Committee on Banking Supervision*.

Outra questão relevante no contexto de risco operacional é o Plano de Continuidade de Negócios onde a estratégia da instituição é que a empresa se mantenha operacional, atendendo seus clientes e suas obrigações sem interrupção, ainda que as dimensões da Contingência sejam graves e esta operação seja feita em regime parcial, dado que serão alocados em novos locais um número de profissionais menor que os que realizam as tarefas cotidianas.

Os eventos de perdas e incidentes de risco são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 4.557/2017.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito,

concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Gerenciamento de Risco de Crédito e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporate com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas para garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo da Instituição no que tange ao gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

21 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 4.193/2013 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

Patrimônio de Referência	31/12/2020	31/12/2019
Índice de Basileia	11,93%	13,20%
Limite de imobilização	39.188	38.522
Valor da situação para o limite de imobilização	20.399	18.044
Índice de imobilização	26,03%	23,42%
Margem	18.789	20.478
Patrimônio de Referência (PR)	<u>78.375</u>	<u>77.044</u>
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	78.375	77.044
Total da parcela RBAN	478	460
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	194.225	213.149
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	93.627	67.817
Total da parcela RWACAM	917	8.047
Total da parcela RWAJUR1	3.166	19.738
Total da parcela RWAJUR2	43	49
Total da parcela RWAJUR3	22.353	12.396
Total da parcela RWAACS	67.148	27.587
Total da parcela RWAOPAD	369.135	302.709
RWA total (crédito+mercado+operacional)	<u>656.987</u>	<u>583.675</u>

A resolução no. 4.193/13 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.809/16, 3.848/17 e 3.904/18 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e das Cartas-Circulares nos. 3.315/08, 3.316/08 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco operacional.

22 Outras informações

A crise financeira global motivada pelo “*Coronavírus*” (*COVID-19*), vem afetando substancialmente os sistemas financeiros nacional e internacional, incluindo a economia e o mercado de valores mobiliários. As principais bolsas de valores mobiliários do mundo caíram a níveis históricos. A pandemia da Covid-19 alterou radicalmente o cenário mundial e criou grandes desafios em todos os aspectos da sociedade. Para o Grupo Plural, isso resultou na necessidade de ajuste no modelo operacional para garantir a saúde e a segurança de nossos colaboradores sem sacrificar o atendimento ao cliente e a necessidade de focar nossa responsabilidade mais abrangente como membros das comunidades nas quais atuamos. Nossas equipes de tecnologia viabilizaram a conectividade e a segurança necessárias para este novo modelo de ambiente de trabalho, com nossas equipes trabalhando de forma estável, contínua e com elevado índice de empenho e dedicação. Utilizando da tecnologia, nos mantemos próximos e disponíveis para os clientes em todos os segmentos, fornecendo diariamente informações de qualidade e aconselhamento especializado, para apoiá-los em diversas necessidades em seus negócios.

Rodolfo Riechert
Diretor Presidente

Evandro Pereira
Diretor

Aldeir Salvadori
Diretor

Simone B. Amaral
Contadora
CRC/RJ nº 087.175/O-0